#84 SÉRIE III JANEIRO 2026

anti—capitalista

A (Hiper) Política está por toda a parte

Editorial

Margaret Thatcher dizia que a sua maior vitória tinha sido Tony Blair no Labour. Tony representava a esquerda que encaixava nos dogmas e na visão neoliberal do mundo. Nesse momento a direita tinha ganho o futuro: não impunha apenas um modelo de produção e de consumo, mas um modo de aspiração, uma redefinição da individualidade e da relação com os outros e uma vantagem competitiva relativamente a todas as outras forças políticas. A mesma política afirmava que a economia era o método que tinha o objetivo de mudar a alma.

E assim foi. Mudaram desejos, a política tornou-se palavra suja, antiquadas. A sociedade tinha mudado e agora voltou a mudar. A esquerda conseguiu criar bolsas de rejeição, de contracorrente em diversos momentos: a rejeição da TROIKA e a pobreza, a imposição da política climática, mas teve e tem dificuldade a ultrapassar a visão neoliberal do mundo, que domina o senso comum.

A política voltou, isso vemos. A promessa da internet, que pretendia permitir espaços além da intermediação do status quo foi traída, como afirma Daniel Borges. Mas a hiperpolítica que voltou a trazer a política à vida permitiu novas formas de recrutamento mais efémeras, mais próximas e mais libidinais, explora Diogo Machado. Este caso é ilustrado na entrevista feita por Andreia que aborda como o movimento de extrema-direita Reconquista se relacionou com a internet.

Francisco Louçã volta ao Varoufakis que explora como as redes sociais, o cloud capital criou um novo estágio do capitalismo. Embora Louçã rejeite essa análise, avança como a nova oligarquia explorou os impulsos, as conexões neurológicas como novo modelo de subjugação. Pedro Caldeira Rodrigues, através do olhar de jornalista, aborda um dos eventos mais relevantes para a politização de milhares, especialmente jovens: o genocídio em Gaza. O artigo é sobre o custo humano dessa história e as vidas perdidas para reportar o que o mundo tentou não ver.

Paulo Pena aborda a ideologia de um tecno-oligarca Alex Karp cuja empresa Palantir está a redefinir a vigilância no mundo ocidental. O capitalismo tardio vai progressivamente erodindo todas as fronteiras, nomeadamente a privacidade.

A esperança chega-nos pela mão de Alda Sousa e as palavras de Zohran Mandamni que utilizou as redes sociais, a comunidade e a militância como forma de alcançar uma vitória, derrubar uma dinastia política e retomar para a classe trabalhadora uma das cidades mais importantes do mundo.

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

2 Editorial
Cidades de democracia agrilhoada

3 A esquerda na era da hiperpolítica
Diogo Machado

5 Esfera pública em tempos de hiperpolítica
Daniel Borges

6 As redes sociais como o meio: o objetivo é mudar a alma
Andreia Galvão

8 Os novos poderes: Senhores tecnofeudais ou oligaquia neurotraficante?
Francisco Louçã

10 Gaza, um "cessar-fogo" manchado pelo sangue e pelo apagão mediático
Pedro Caldeira Rodrigues

13 A República Tecnológica
Paulo Pena

15 A campanha de Mamdani ou a empatia em tempos de hiperpolítica
Alda Sousa

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Alda Sousa
Ana Feijão
Ana Vasquez
Andrea Peniche
Andreia Baptista
Daniel Borges
Diogo Machado
Francisco Louçã
Hugo Monteiro
João Alcobia
João Bernardo Narciso
José Miguel Ricardo
José Miranda
Maria Leonor Figueiredo
Marco Marques
Maria Manuel Rola
Nádia Leal
Patrícia Felício
Paulo Antunes Ferreira

Design Gráfico e Ilustração
Duarte Santos

Paginação
Tiago Tavares

Participaram nesta edição
Andreia Galvão
Alda Sousa
Daniel Borges
Francisco Louçã
Paulo Pena
Pedro Caldeira Rodrigues

Depósito Legal 441931/18

A esquerda na era da hiperpolítica

Por Diogo Machado

O tempo da apatia política acabou. Neste artigo e com um toque de otimismo Diogo Machado explora o termo "hiperpolítica", como proposto por Anton Jäger para tentar entender como mudou esta relação entre a participação na sociedade.

O fim da Guerra Fria trouxe um longo inverno de dormência política em torno do consenso neoliberal, em que a soberania popular, a disputa ideológica e a noção de alternativa são removidas. No entanto, a crise de 2008, pôs fim a esta resignação passiva das massas, que estão doravante dispostas a revoltar-se. Isso viu-se na ascensão de movimentos contestatórios como o '15-M', o 'Occupy Wall Street' ou o 'Que se lixe a Troika!', assim como de partidos populistas de esquerda e de extrema-direita, que remobilizam o eleitorado em torno de mensagens que desafiam o status quo (de diferentes formas, é certo).

Sentimos, agora, que a apatia política terminou. As pessoas estão cognitivamente mobilizadas para a política como já não se via há muitas décadas. Este é um fenómeno novo, a que Anton Jäger chamou 'hiperpolítica'.

A anatomia de um conceito

Jäger descreve a hiperpolítica em contraposição com o conceito de 'pós-política', período inaugurado no início dos anos 80 após a contrarrevolução neoliberal. O núcleo desta ideologia é insular a economia de mercado de influência política e democrática. Ela ancora-se numa nova formação de economia política – a remoção de barreiras ao comércio internacional, a livre circulação de capitais, liberalização do setor financeiro, a diminuição da capacidade do Estado – que efetivamente retira instrumentos e capacidade ao poder público para fazer escolhas políticas. Por outras palavras, Jäger afirma que deixa de haver deliberação sobre como distribuir o excedente produzido socialmente.

A vitória do individualismo neoliberal cria uma separação entre a esfera pública e a esfera privada, com as pessoas comuns remetidas para a última e a primeira ficando entregue a políticos de carreira, numa disputa tecnocrática de políticas dentro do mesmo consenso ideológico, em que paradoxalmente a própria noção de ideologia é eliminada. A política torna-se uma coisa distante, de especialistas, que diz pouco respeito à vida das pessoas, enquanto o trabalho, o consumo e os círculos relacionais íntimos encapsulam a libido, numa vida individualizada e desligada de organizações coletivas.

A hiperpolítica é uma reinserção da política na sociedade: se dantes nada era político, agora tudo é (hiper)político. É um regresso da participação política, que, ainda assim, não ocorre nos moldes tradicionais. É, por exemplo, muito diferente da era da política de massas que antecede a pós-política, quando a política permeava e intermediava a forma como as pessoas se situavam na totalidade social, marcada pela participação em organizações coletivas (partidos, sindicatos, associações, grupos religiosos) de forma comprometida e duradoura.

Na hiperpolítica, o político volta a ser omnipresente: o interesse na política regressa, visível no aumento da participação eleitoral e na centralidade das discussões políticas nas relações interpessoais; as plataformas digitais passam a estar cheias de conteúdo político para todos os gostos; movimentos de contestação como o Black Lives Matter, o QAnon, a solidariedade com a Palestina, irrompem por todo a parte, por vezes adquirindo expressão de massas, mas tão depressa nascem como morrem.

Jäger nota que o novo engajamento político é marcadamente individualizado e de curto termo. Não vemos as associações, os sindicatos e os partidos a recuperar aderentes. Vemos, ao invés, o político como um marco importante na definição da biografia e na autorrepresentação do indivíduo. Proliferam os ativistas digitais, as discussões políticas online, a participação avulsa em manifestações ou movimentos sem adesão a organizações. Jäger chama-lhe uma forma 'baixa' de política: de baixo custo, escassa duração, fracas barreiras à entrada e ainda menos à saída. Resume da seguinte forma:

«O resultado é uma curiosa recuperação em forma de K: enquanto a erosão da vida cívica organizada avança rapidamente, a esfera pública ocidental está cada vez mais sujeita a casos espasmódicos de agitação e controvérsia»

A hiperpolítica reflete também a lógica da nova arena dominante de engajamento político: o digital. A relação política é atomizada, imediata, imagética, e de elevada carga emocional. Jäger acrescenta que «a nossa nova hiperpolítica também se distingue pelo seu foco específico em condutas individuais, pelo seu moralismo incessante e pela sua incapacidade de refletir sobre as dimensões coletivas da luta. […] uma ética ascética com normas altamente críticas para o envolvimento interpessoal, aplicação rígida dos costumes e abstencionismo libertino».

Dá origem, no fundo, a ação política inconsequente, numa espécie de dessublimação repressiva de uma libido frustrada nos escombros do consenso neoliberal. É uma ilusão de participação que deixa intocadas as relações de poder que organizam a sociedade.

Vencedores e vencidos

A repolitização em curso é ambivalente. Por um lado, ela abre brechas, sendo claramente um sintoma do esgotamento do consenso neoliberal e de um forte descontentamento popular que busca um veículo político; por outro lado, ela é de fraca densidade ideológica (e até marcadamente moralista na forma), mediada pelos algoritmos, descomprometida, e avessa à ação coletiva. Mas há quem tenha colhido os frutos: se o momento do populismo de esquerda foi breve, é, até agora, a extrema-direita quem tem tido mais sucesso.

Noutro trabalho, o próprio Jäger (em co-autoria com Arthur Borriello) indaga sobre as causas da efemeridade do populismo de esquerda, que emerge com putativa força de governo em vários países ocidentais no pós-crise. Emergindo quase sempre depois de expressões de contestação social de massas, estes partidos tinham a tarefa difícil de «organizar uma sociedade desorganizada» (ou atomizada). Ao fazê-lo, acabaram por replicar a própria (des)organização do contexto social de onde emergiram, sendo, quase sem exceção, partidos centralizados numa figura carismática, com uma militância pouco intensa e marcadamente digital, e orientados para a ação eleitoral e mediática.

Diagnosticam, assim, três razões para o falhanço desta esquerda: i) a personalização, que torna os destinos do partido vulneráveis à avaliação do/da líder; ii) a priorização do digital,

A esquerda na era da hiperpolítica (cont.)

que consegue mobilizar eleitores num curto espaço de tempo, mas não se traduz em militância duradoura e ideologicamente densa; iii) estruturas partidárias frágeis, onde um alegado horizontalismo esconde uma concentração de facto do poder no topo, que permite uma ação rápida, mas descura a organização de base.

Aqui, a teoria de Jäger chega a um impasse e parece ser contraditória à tese da hiperpolítica. Não são estas caraterísticas da política do passado? Se sim, como é que estes fatores explicam o fracasso da esquerda? Sendo caraterísticas comuns aos novos partidos de extrema-direita, porque é que é impactaram as duas famílias partidárias de forma diferente, ou seja, porque é que a extrema-direita tem muito mais sucesso eleitoral?

Ambiguidades e hipóteses

Há, evidentemente, fatores materiais determinantes, nomeadamente o apoio de frações importantes do capital à extrema-direita, assim como o facto de tanto as redes sociais como a televisão serem estruturalmente favoráveis à sua mensagem, assuntos já abordados noutros números da revista. Existe também uma continuidade ideológica entre o neoliberalismo e o fascismo: a insulação democrática da governação política e económica.

No entanto, antes de pendermos para explicações ortodoxas, devemos realçar que a hiperpolítica não procura encapsular a totalidade do funcionamento da sociedade, nem designa uma nova etapa do capitalismo. Descreve, antes, apenas um novo regime de engajamento político, embora este tenha, evidentemente, uma base material. A questão aqui não é explicar o sucesso da extrema-direita no geral, mas sim quais serão as condições de sucesso neste novo regime, em relação aos aspetos da ação (partidária) que a ele dizem respeito.

Numa recensão ao livro de Jäger sobre a hiperpolítica (para já, apenas disponível em alemão), Oliver Eagleton evoca precisamente a dificuldade de o conceito lidar com o sucesso desigual da esquerda radical e da extrema-direita, que a priori seriam igualmente candidatas a capitalizar a 'piscina de descontentamento' desta era. Avança, assim, um conjunto de argumentos que vale a pena considerar.

Primeiro, a ambição programática da extrema-direita é relativamente mais modesta, sendo compatível com as relações sociais de produção vigentes e com a ordem constitucional, embora procure distorcê-la num sentido autoritário e em direção a uma separação jurídica entre aqueles que designa 'nativos' e 'estrangeiros'.

Segundo, embora clame construir uma ideia de comunidade nacional (tradicionalista, nativa, homogénea e excludente), na prática, não faz nada para reverter as tendências atomistas e individualistas da sociedade de mercado; pelo contrário, acentua-as.

Terceiro, o apoio das classes e instituições burguesas supramencionado, assim como a existência em determinados contextos de aparelhos estatais que já atuam numa lógica quase fascista (p.e., polícia e justiça), permitem à extrema-direita um luxo de que a esquerda não dispõe: a possibilidade de utilizar as instituições da elite para cumprir o seu programa.

Quarto, a mensagem biopolítica do pós-fascismo ressoa com as disposições de setores precários ou em mobilidade social descendente da classe trabalhadora.

«À medida que as distinções de classe entre as classes mais baixas começam a dissolver-se sob o impacto da inflação e da austeridade, as pessoas recorrem ao Estado para as reafirmar, protegendo grupos favorecidos às custas dos marginalizados. As fronteiras rígidas passam a ser vistas como uma salvaguarda necessária contra a perspetiva de empobrecimento: não apenas uma barreira física, mas um instrumento taxonómico para reforçar as hierarquias tradicionais de raça e género».

Tal diversidade de fatores sublinha a simultânea insuficiência e potência explicativa da hiperpolítica. Fica claro que há dimensões importantes para além das considerados pela teoria, mesmo que o seu objetivo não seja a explicação da totalidade, como foi dito antes. Mas também fica evidente que certas caraterísticas só são tornadas politicamente úteis no contexto criado pela hiperpolítica.

Por exemplo, as fracas densidade e ambição programáticas, juntamente com a hiperatividade comunicacional e intensidade estética, estão em sintonia com a modalidade de relação política dominante de, citando o subtítulo do livro de Jäger, «politização extrema sem consequências políticas». O mesmo se aplica ao argumentário da extrema-direita, assente no divisionismo e em argumentos moralistas (p.e., delinquência e preguiça). A extrema-direita não exige aos eleitores um compromisso duradouro, a inter-identificação nem a construção de solidariedades – a sua mundivisão é perfeitamente compatível com uma organização individualista da sociedade em que apenas o sufrágio ocasional do bufão é solicitado, qual expressão espasmódica de raiva.

A desobediência a normas sociais e políticas, assim como o recurso permanente ao choque e à polémica, permitem-lhe manter-se à tona num regime de circulação de informação frenético e de elevada carga emocional, colocando-a também em posição de capitalizar o caldo de desesperança e ressentimento fermentados por um sistema desacreditado – uma espécie de estética de rebeldia que mascara o quase total alinhamento programático da extrema-direita com o status quo.

Quiçá noutro momento cultural, esta extrema-direita não conseguisse sair-se tão bem, mesmo com as mesmas condições materiais favoráveis. Poder-se-á perguntar se ela é um produto ou, em vez disso, a criadora da hiperpolítica – a velha questão do ovo e da galinha. Mas que ela é a sua campeã, e que o seu sucesso depende da sua sintonização com o momento cultural dominante, parece ser inquestionável.

A esquerda não parte, pois, das mesmas condições para capitalizar esta nova era. Desde logo, ela não pode renunciar a programas ambiciosos de transformação social, à organização coletiva e à superação do individualismo. A primeira vaga de partidos populistas de esquerda demonstrou os limites de uma 'hiperpolitização' total da esquerda.

No entanto, há uma dimensão estética por explorar. Como podemos combinar organizações densas com um discurso galvanizador? Como podemos combinar programas sérios com uma mensagem polémica que polarize a agenda? Como podemos disputar subjetividades além do argumento racional com formas discursivas variadas mais imediatas e de ordem estética? Como podemos dessublimar a libido frustrada do consenso neoliberal de forma não-repressiva, canalizando esta raiva com uma mensagem radical, mas rumo a um projeto (pro)positivo?

Está por mapear uma psicopolítica dos novos tempos, mas a hiperpolítica é uma excelente porta de entrada.

Esfera pública em tempos de hiperpolítica

Por Daniel Borges

As plataformas, a hipercomunicação traíram a promessa da internet enquanto espaço de debate público. Na distorção, mais liberdade foi acompanhada de maior controlo. Daniel Borges acompanha estes temas, convocando Habermas e Nancy Fraser.

Na Internet, onde nada desaparece, comunicamos de forma cada vez mais efémera. Num minuto, um tuíte fica desatualizado, um vídeo falha o número suficiente de likes para furar a bolha através do algorítmo, ou uma informação falsa é partilhada entre milhares de pessoas. Se esse novo paradigma da comunicação, com uma escala esmagadoramente maior, é impulsionadora da hiperpolítica no seu sentido mais nefasto – uma forma de política sem consequências políticas claras submergida no enxame digital -, é também impulsionadora de uma grande transformação da esfera pública.

Para o sociólogo Jurgen Habermas, a esfera pública é a designação do palco, nas sociedades modernas, no qual a participação política é feita através da discussão e debate de ideias. Uma esfera onde discursos circulam e se confrontam, em diferentes meios e níveis. Habermas traçou a transformação estrutural dessa esfera tendo em conta dois processos principais: a evolução dos meios de comunicação e a evolução da estrutura social nas sociedades ocidentais.

Estes dois processos, o primeiro com a criação de meios de comunicação de massas e o segundo com a revolução industrial, culminaram naquilo a que Habermas chamou de "modelo liberal da esfera pública burguesa". Uma esfera pública em que os cidadãos 'privados' se juntam para discutir assuntos de interesse público e acabam por formar públicos de opinião e consumo. Criados sobretudo a partir da participação de membros da burguesia e da pequena burguesia, os públicos que se desenvolveram no século XIX permitiam crair uma pluralidade de discursos, que se influenciavam uns aos outros através de jornais, rádios, televisões, mas sempre assentaram em desigualdades de acesso.

Isso mesmo lembra Nancy Fraser em Repensar a Esfera Pública, um ensaio onde expõe não só a exclusão de género de uma esfera pública dominada por homens, mas também critica a ideia errada de que a esfera pública é aberta à participação de todos e todas. Na verdade, a transformação da esfera pública para o modelo de públicos sempre pressupôs a exclusão de uma grande parte da população.

É esse mesmo paradigma que a Internet, em geral, e as redes sociais, em particular, rompem. E apesar desse rasgo ser, num primeiro momento, mais democrático – uma primeira Internet, em que cada pessoa que tenha acesso é simultaneamente emissor e recetor – a principal revolução da massificação da produção de informação é o caos, gerido pelo algoritmo.

No enxame

A promessa democrática da Internet foi, portanto, desfeita. O enxame digital substitui os públicos, mas não lhes acrescenta nem democracia, nem acessibilidade. Aprofunda individualidades e atomiza públicos, mas cria, sobretudo, um volume de conteúdo tão grande que afoga em si uma grande parte desse conteúdo.

Dai nasce mesmo a hiperpolítica. Anton Jäger diz que a esfera pública foi repolitizada e reencantada em termos mais individualistas e efémeros, criando uma forma de política "baixa": baixo custo, baixa entrada, baixa duração e baixo valor. Essa nova esfera pública permite aos agentes políticos uma maior flexibilidade em posicionamentos, um acesso mais direto a instrumentos de manipulação, e uma capacidade maior de instigar guerras culturais.

Primeiro, a rapidez das redes sociais criou a necessidade de reações curtas e imediatas. Essa realidade permite uma maior flexibilidade em posicionamentos políticos em dois sentidos: por um lado, permite reflexões mais superficiais e sem análise aprofundada de eventos políticos em concreto. Os políticos, analistas e comentadores vão trocando textos de análise pelos 280 caratéres do X, dando origem aos influencers políticos. Por outro lado, facilita a mudança de posições políticas. O que é dito passa a ser desdito com facilidade, e a inteligência artificial coloca todas as posições em causa. Os bufões da extrema-direita usam com particular eficácia as mudanças de posicionamento, tanto fora como dentro das redes.

Em segundo lugar, as redes sociais permitem uma manipulação em massa de fácil acesso. A ubiquidade das redes sociais significa que o seu controlo tem uma escala infinitamente maior do que um jornal, por exemplo. Mas que as redes sociais estejam nas mãos de grandes magnatas não é novidade. Os órgãos de comunicação social de massas sempre o estiveram. A novidade é a forma como o algoritmo segmenta públicos e lhes consegue dirigir propaganda específica de acordo com os seus comportamentos digitais, como aprende, vende dados e decide quem vê o quê e quando.

Essas duas transformações levam à instigação das guerras culturais como um principal motor de transformação da hegemonia política. Entre os mecanismos de estímulo de dopamina das apps e a adrenalina artificial do conflito desmaterializado, a esfera digital privilegia o ódio à solidariedade. Os insultos, o racismo e as mensagens discriminatórias nas redes sociais aumentaram 16% em 2024, de acordo com um estudo da Bodyguard. Essa discriminação abre a porta ao entrincheiramento da sociedade.

Distorção

Se a evolução dos meios de comunicação e a evolução da estrutura social nas sociedades ocidentais no século XIX levaram à transformação estrutural da esfera pública para o seu "modelo liberal", os dois processos concluem agora uma distorção.

A comunicação imediata e plataformizada das redes sociais está a transformar-se no principal meio de comunicação de massas ao mesmo tempo que a estrutura social muda: a concentração de riqueza acelera e os interlocutores da oligarquia são os donos das rede sociais.

A distorção da esfera pública perverte aquela visão excessivamente idealista da esfera pública burguesa que Habermas defendia, mas será até um retrocesso face à versão crítica que Nancy Fraser apresenta.

A pulsão para uma democracia na comunicação moldada à medida do mercado traiu a sua principal ambição. Na distorção, mais liberdade foi acompanhada de maior controlo. Mais participação de menos poder individual. Mais informação e menos transparência. O que resta são câmaras de eco e milhares de bots, enquanto as estruturas tradicionais da esfera pública burguesa, os media tradicionais, perdem capacidade perante a livre circulação da informação e sucumbem cada vez mais aos interesses de quem os financia.

As redes sociais como o meio: o objetivo é mudar a alma

Por Andreia Galvão

Um café na Gare du Nord, Paris. Entrevista a Frederico Rodrigues, licenciado em Relações Internacionais e mestrando em Sociologia. Passa por França em Erasmus, onde está a fazer a sua tese sobre a relação da extrema direita com a internet.

Qual é o propósito da tua tese?

O objetivo da minha tese é utilizar o movimento Reconquista como um caso de estudo. Tens de ver aquela página como uma espécie de mapeamento ideológico e discursivo dentro do ecossistema da extrema direta em Portugal. Porque eu sinto que quando se fala na extrema-direita, ou quando se pensa, pensa-se muito no Chega. E o Chega não é a extrema-direita. Há muito mais para além disso. Há muito mais para além daqueles atores que estão institucionalizados. Há uns que são muito mais radicais. Eu acho que permite ter acesso às particularidades ideológicas da extrema-direita, portanto, para não se pensar como se ela fosse um monolito. E acho que é também para se ter noção de por onde é que possa haver portas de entrada e de como é que se possa fazer recrutamento.

Porque claro que o Chega é, em grande parte, quem faz esse recrutamento nas redes sociais, mas as outras páginas também têm a sua presença, não é?

E também começaram a ter ações nas ruas.

E isso certamente tem um impacto, não é? Por exemplo, eu penso muito nisso nos Estados Unidos com o Turning Point. Sabes, há o partido republicano e depois essas outras associações agregadas. Mas então porquê a Reconquista e não outro o grupo como o PNR?

Porque o Reconquista é o que parece, neste momento, estar a crescer mais em termos de visibilidade e também por ser muito particular, porque boa parte da sua base é assim, rapazes mais assim, mais próximos da nossa idade, e sinto que são um caso de importação, precisamente dessas táticas que vêm de grupos dos Estados Unidos, e porque também têm uma vertente mais internacionalizada, já que eles já apareceram em conferências de grupos semelhantes na Europa. O último congresso do Reconquista, que foi há um mês no Porto, teve oradores internacionais de outros grupos, incluindo também um professor universitário que é o António Sousa Lara*. Sobretudo é preciso traçar a genealogia ideológica destes movimentos e o apoio,sobretudo, por exemplo, eu olho para a figura do Jaime Nogueira Pinto como sendo muito importante para a renovação ideológica da extrema-direita cá em Portugal, porque ele foi envolver-se bastante na Nouvelle Droite em França, portanto, para se tentar dar uma nova maquilhagem a esse ideário. "Não é, portanto, não é sobre raça, não é biologia, é sobre cultura, não é, portanto, eles são muito diferentes de nós, nós até os respeitamos, mas eles são muito diferentes de nós".

Portanto, trata-se dessa renovação ideológica que não é de hoje. Em França já é muito antiga.

E em Portugal também já tem raízes muito antigas. Portanto, se quisermos realmente pensar sobre este fenómeno, não basta ir até 2019; é preciso recuar mais, talvez até ao próprio período revolucionário, ou mesmo considerar o contributo do Estado Novo, quer dizer, aquela mitologia do Império Português, o lusotropicalismo. Esta forma de pensar sempre cá esteve. Portanto, o racismo, a homofobia, a xenofobia e a misoginia não foram de férias em 76 e não voltaram em 2019; isto sempre esteve latente na sociedade portuguesa, só que era algo que simplesmente não tinha uma vertente explícita, ou seja, não era uma coisa que estava na nossa cara, exceto, obviamente, para aqueles que mais sofrem isso, quer dizer, pessoas racializadas, etc

Porque é que achas que o recrutamento da Reconquista é principalmente masculino?

Porque eu acho que o Grupo Reconquista tem uma estética mais virada para uma coisa um pouco paramilitar. Se formos ver a parada que eles fizeram no Terreiro do Paço no ano passado, quer dizer, os polos, as calças… Acho que eram polos azuis, calças beijas, óculos e a bandeira. Quer dizer, isso é uma coisa que tem aquela estética, e sobretudo o próprio nome do movimento, que remonta a um período de guerra, de guerra contra a fé muçulmana.

Mas porque é que não há assim muitas mulheres no Reconquista? E como é que entra a cena da internet, na tua opinião?

Portanto, é assim: a extrema-direita foi uma early adopter da internet; desde muito cedo conseguiu perceber o seu potencial. Ao início não era tanto pela questão dos algoritmos, porque na altura não havia muito disso, mas ainda mais pela questão da privacidade, da anonimidade, de se poder comunicar com outros núcleos espalhados pelo mundo. Mas, sobretudo, a questão da privacidade.Porque têm, portanto, a consciência de que, se calhar, na altura, fazer isso na rua ou num local público não era bem visto. Hoje, se calhar até é, não sei. Mas, sim, desde o início, blogs, fóruns e tudo o resto de discussão disso. Pronto. No entanto, por volta dos anos 2010, com o Facebook, o YouTube e essas redes sociais contemporâneas, apostou-se, portanto, nessa capacidade de se espalhar a mensagem a uma escala sem precedentes. E ainda mais, depois, com a importância dos algoritmos. Porque, inicialmente, nas redes sociais, a lógica não era tanto por um algoritmo que te recomendava conteúdo, era mais pela lógica de quem é que tu seguias. E hoje tem-se estado a afastar muito mais disso, porque, portanto, no TikTok, ninguém olha para a página das pessoas que segue, não é? Vem a página do For You, certo? Portanto, essa transição foi notada por grupos, movimentos, partidos, etc., que obviamente se aproveitaram do ambiente digital.

Mas, já agora, por que é que achas que a esquerda não teve essa relação com a internet?

A esquerda não tem essa, ou não teve essa relação com a internet… Neste assunto sou um pouco controverso e um pouco pessimista. Mas eu não acho que o espaço da esquerda seja na internet. Eu acho que pode ter uma presença, mas não tem um espaço propriamente dito.

Porquê? Porque eu acho que o problema é que nós, hoje, damos esta tecnologia como um dado adquirido. Por exemplo, analistas políticos olham para a importância das redes sociais como se fosse algo imutável, que não se pode voltar atrás e, portanto, que tem a sua importância e que não se pode fazer nada contra isso, não é? Esquecendo-se que a tecnologia é o que se faz dela, sobretudo quando ela está a ser utilizada por um dado modo de produção, certo? Portanto, eu diria que há uma incompatibilidade entre a esquerda conseguir afirmar-se nas redes sociais se estas são controladas por grandes empresas tecnológicas que não têm nenhum interesse em que a esquerda se afirme nesse espaço. Portanto, há essa tendência para orientar as pessoas para a direita, precisamente porque é um discurso que não coloca em causa as relações de capital. Que não coloca em causa as relações de poder. E depois também é interessante porque existe a questão do consumo passivo. Portanto, uma pessoa de esquerda, quando faz consumo passivo de conteúdo, mesmo que seja conteúdo de esquerda, não é a mesma coisa do que uma pessoa de direita ou de extrema-direita fazer consumo passivo de conteúdo. Porque a pessoa de direita que faz esse consumo passivo está a contribuir precisamente para a propagação de um discurso que já é… acho que "hegemónico" é um termo muito forte, mas que já é correto dizer. Enquanto que alguém que consome passivamente conteúdo de esquerda acha que está a fazer o mesmo que ativismo. Portanto, dá a impressão errada à pessoa.

Mas, por acaso, há uma interação entre esses movimentos de extrema direita na internet como uma forma quase de dissimulação… Sim. Por exemplo, a cena daquele sapinho, dos groypers*, é uma cena que não se atribui… Não é uma suástica, não é?

Exatamente, mas essa questão da cultura visual da extrema-direita é que…

É diferente, mudou?

Mudou.

Mesmo o Reconquista até tem uma estética antiga, não é?

Porque essa cultura visual é feita de forma a poder afirmar uma identidade coletiva, portanto, assim mais para dentro, mas tem que ser palatável o suficiente para ir buscar pessoas cá fora. Portanto, quando se fala no conceito de dog-whistle*, isso é algo bastante presente nesse tipo de memes na extrema-direita. Só que a questão dos groypers, que eu ainda não tive tempo de olhar muito a fundo, está a chegar a um ponto de pós-ironia e de inside knowledge, que é uma coisa que não é facilmente decifrável mesmo para quem tem algum conhecimento interno.

E portanto, como é que se combate isso online?

É uma questão assim um pouco difícil, porque… Porque, segundo o que eu estava a dizer há bocado, a minha resposta seria que se combate nas redes sociais, tem que ser para fora. Eu acho que não se trata de tentar travar uma guerra hegemónica, cultural, assim, num sentido gramsciano, nas redes. Portanto, aquilo é um campo de detalhe, entre aspas, que, a meu ver, é um campo que inerentemente não é favorável à esquerda. E eu acho que agora as pessoas já se estão a começar a perceber de que é preciso libertar-se disto, das redes sociais. E eu falo também por mim, que nos últimos anos tenho tido consciência de que, de facto, é muito mais frutífero estar em pessoa. Não se pode dar isso como sendo, a meu ver, mais uma esfera da vida, não é? Eu acho que tem que ser tratado um pouco como nos anos 90, que é: a pessoa chegava a casa, ligava o computador e era como se entrasse num outro mundo e, passado algumas horas, desligava e voltava para a Terra.

Eu também não acho que se deva ser ingrato em relação à internet, porque a internet também ajudou muitas pessoas a entrar na esquerda, incluindo eu.

Achas que a direita, neste momento, tem uma melhor capacidade de leitura da cultura contemporânea?

Sim. Eu acho que sim, porque… Bom, para todos os efeitos, quer dizer, foram… Foi a direita que foi pioneira, e com uma espécie de complacência dos partidos sociais-democratas, em implementar o neoliberalismo. E é muito interessante, porque eu estou a ler um livro agora que é The Ungovernable Society do Grégoire Chamayou, em que ele fala, principalmente, sobre o neoliberalismo com uma tecnologia política. Portanto, um projeto que tem efeitos tão insidiosos…

A Thatcher falava de mudar a alma.

Porque ele só funciona sob a condição de que nós, ativamente, lutamos contra os nossos próprios interesses. Eu acho que se a direita ou as classes dominantes, de uma forma geral, tiveram a capacidade para conceber uma tecnologia política como o neoliberalismo para efeitos de controle social, então eu tenho perfeita consciência de que também sabem o papel que as redes sociais estão a ter nisso.

Glossário:

Groypers*- Os Groypers são um movimento de extrema-direita online, ligado ao nacionalismo branco e cristão, que usa memes, humor e provocação para difundir ideias racistas, anti-LGBTQ+ e anti-imigração. Eles criticam o conservadorismo mainstream, promovendo uma agenda radical de identidade e valores tradicionais como forma de normalizar a exclusão e a discriminação.

Dog Whistle*- é uma mensagem ou expressão deliberadamente ambígua usada por políticos ou grupos para transmitir uma ideia controversa ou extremista a um público específico, sem que o público geral perceba claramente.

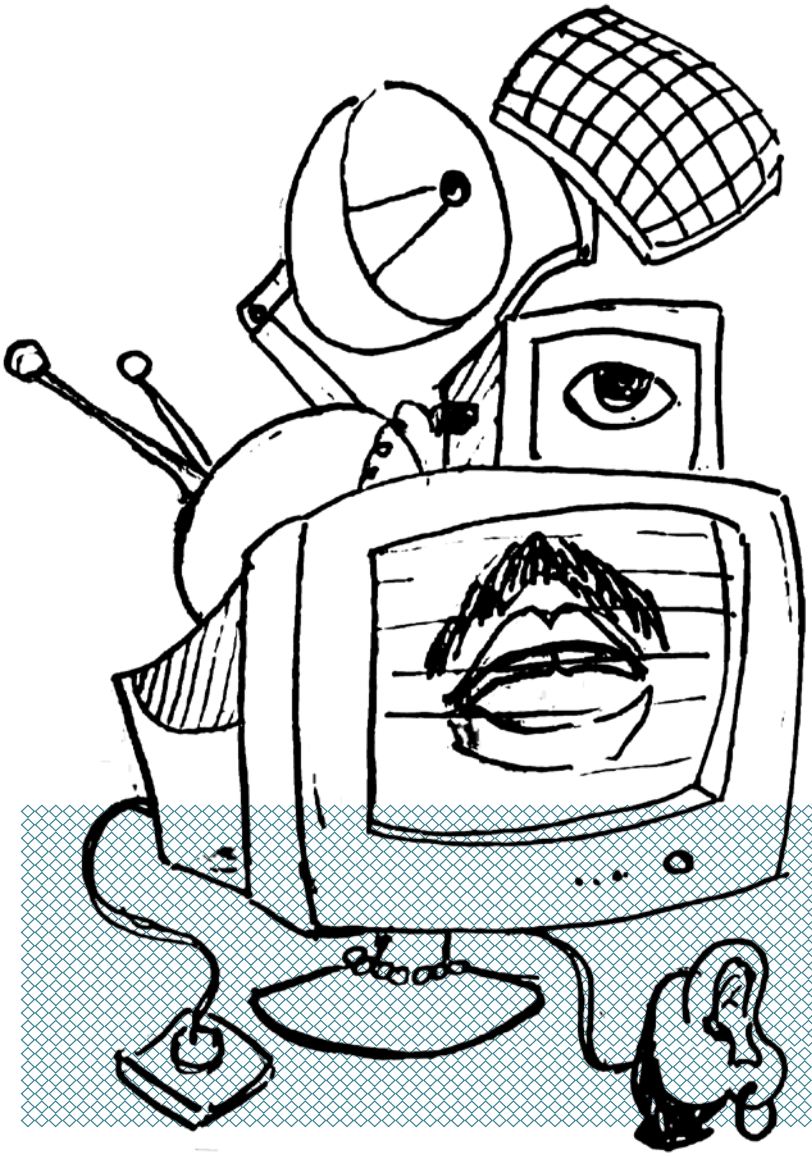
António Sousa Lara*- é um professor universitário e ex-político português, que foi deputado e subsecretário de Estado da Cultura no início dos anos 1990. Ele retomou a vida política em 2019 filiado ao partido Chega, assumindo funções de porta-voz para Segurança e Geopolítica.

Os novos poderes: Senhores tecnofeudais ou oligaquia neurotraficante?

Por Francisco Louçã

O uso intenso das redes sociais, mais do que outras formas de presença na internet, excepto porventura os jogos, gera comportamentos comparáveis a outras formas de adição por drogas, como seja o consumo excessivo e a ressaca psicológica e até física. Neste artigo Francisco Louçã propõe que este é o produto traficado por esta nova oligarquia.

Os autores que se têm destacado na promoção do conceito de "tecnofeudalismo" partilham o diagnóstico e não necessariamente as conclusões. Segundo as várias versões, a propriedade e o controlo da produção a partir da terra constituía o poder dos senhores feudais, demarcando os seus territórios e organizando alguma forma (também mutável) da sua relação com o poder central, o rei. Por sua vez, os camponeses dependiam desses senhores, tanto para proteção quanto para poderem cultivar alguma terra cedida para o efeito. Exploravam a terra pagando uma renda e submetendo-se ao poder absoluto do aristocrata. Do mesmo modo, argumentam aqueles autores, os senhores tecnofeudais dominam as plataformas digitais e permitem a atividade dos novos plebeus, assegurando-lhes a proteção que é a estabilidade das suas ligações. Acresce que o poder das empresas que dominam estes mercados, a tecnoligarquia, se estabelece sem concorrência. Nos dois casos, seriam mundos subordinados, em que os de baixo não têm qualquer poder.



Na versão mais divulgada desta teoria do tecnofeudalismo, a de Varoufakis, a conclusão é desconcertante: não se trataria da expansão do capitalismo para novas formas de criação e venda de mercadorias (como serviços) e portanto de exploração do trabalho ou do tempo dos trabalhadores, mas seria mesmo um novo modo de produção. O capitalismo acabou, conclui ele. O que temos agora é uma nova sociedade, o tecnofeudalismo. Se bem que outros autores sejam mais prudentes quanto a estas conclusões civilizacionais, a teoria caminhou pelos seus próprios pés e tornou-se uma referência para a crítica dos sistemas de comunicação do mundo contemporâneo. É uma teoria errada, conduz a conclusões confusas e parece ser incapaz de compreender a dimensão do perigo representado pelas novas formas de poder, retratando-as como uma rememoração do passado e ignorando as suas características inovadoras – que são as mais perigosas.

Colonização ou toxicodependência

Uma metáfora comparável à do feudalismo é a da colonização. Nesse sentido, o novo poder instalou-se num novo território e dominou o seu povo (como é o caso da presença total das redes sociais na vida quotidiana de mais de metade da população do mundo), impondo uma nova linguagem (os padrões de comunicação nas redes sociais), uma exploração intensiva dos recursos locais (como sejam a atenção e as emoções pessoais), a sua submissão aos colonizadores (a identidade dos colonizados é definida pela e dentro da rede social), com o desaparecimento da noção de futuro (é suposto que a colónia é eterna), e ainda com a veneração da nova legitimidade (o poder algorítmico é inquestionável). No "Admirável Mundo Novo" de Aldous Huxley, uma distopia conservadora da década de 1930, este mecanismo era antecipado pela imposição de uma nova divindade (Henry Ford) e pela adoração da técnica. Contudo, esta descrição é, tal como a do tecnofeudalismo, subsidiária do contexto histórico que a delimita. Ora, o que estamos a viver é uma transformação no quadro do capitalismo tardio, não é um regresso a algum passado.

Em alternativa, sugiro então que estudemos a comparação entre o capitalismo das plataformas, que inclui como consumidores permanentes uma grande parte da população do mundo,

e o poder do narcotráfico. A comparação ressalta que o mundo das redes sociais é dominado por um oligopólio (e, assim, os tecnoligarcas cooperam e disputam entre si, mas não há concorrência); promovem um produto que oferece satisfação e retribuição emocional imediata, ou uma gratificação que cria um hábito; este gera dependência; os consumidores sofrem privação e ansiedade quando estão afastados da sua fonte de prazer ou de reconhecimento; perdem competências e autonomia; e a sua fronteira entre a realidade e a ficção desvanece-se, ao ponto de Zuckerberg ter tentado fazer desse efeito o fundamento de uma nova sociedade de emoções e atenção totalmente mercantilizada, a que tentou chamar Metaverso.

A existência de uma dependência psicológica, uma adição, está certificada medicamente numa das áreas desta atividade na internet, os jogos. Segundo os dados de Statista para o início de 2025, mais de 3 mil milhões de pessoas são jogadores frequentes e, no caso das crianças dos EUA, o valor pode chegar a 90%, sendo que desses há 3 a 4% que são classificados como doentes psiquiátricos, considerando a sua dependência dos jogos, chegando a 9,5% no caso das crianças e jovens entre 8 e 18 anos. Esta "desordem do jogo na internet" está classificada como doença pela Associação Americana de Psiquiatria, que publica o manual de doenças mentais que é tido como a referência para a profissão.

No caso das redes, cujo uso intenso e dependente ainda não é classificado como doença, é de notar em todo o caso o seu efeito social potente: geram ficções em que o consumidor é parte da sua própria narrativa e vive em fantasias escapistas com emoções intensas, de onde obtém satisfação, incluindo sob a forma de recriar falsas identidade e história. O consumo de si próprio torna-se a forma de vida na rede, e isso institui um poder de controlo como nenhuma empresa, nenhuma oligarquia, nenhuma classe dominante nunca tinha alcançado até hoje.

O condutor desse processo de dependência é a satisfação obtida pela secreção de dopamina, como no caso do consumo de uma droga ou de outras experiências de remuneração psicológica intensa. A dopamina foi identificada como um neurotransmissor em 1957 por Arvid Carlsson, da Universidade de Lund (ganhou o Nobel por isso), e por Kathleen Montagu, da Universidade de Londres (que não ganhou o Nobel), tendo-se percebido como é produzida no contexto de diversas experiências pessoais agradáveis e como contribui para a formação de hábitos. O que vinte anos mais tarde foi descoberto é que este neurotransmissor é o que está mais intensamente relacionado com as adições por drogas, e que é fundamental para descrever as fases de desenvolvimento, manutenção e ressaca de uma pessoa toxicopendente.

A net reconstrói o self

O uso intenso das redes sociais, mais do que outras formas de presença na internet, excepto porventura os jogos, gera comportamentos comparáveis a outras formas de adição por drogas, como seja o consumo excessivo e a ressaca psicológica e até física. Nesse caso, a dopamina é "um tipo de moeda universal para medir o potencial aditivo de qualquer experiência", dado que induz prazer e dor e determina emoções, condicionando a memória e a motivação. Resulta de uma avalanche de imagens, a forma dominante da nossa perceção do que nos é exterior, mas acrescenta-lhe um fator poderoso, que é o simulacro da participação. De facto, o narcisismo é mobilizado para criar uma ilusão de reconhecimento; isso é o que um psicólogo, Courtwright, chama "capitalismo límbico", referindo-se às estruturas do cérebro que dirigem as emoções, a memória e o comportamento. As redes fornecem "dopamina digital nas 24 horas de todos os sete dias a uma geração conectada", segundo outro seu colega, Lembke.

Múltiplas investigações comprovaram esta descrição do efeito aditivo da dopamina no uso de redes sociais. Por exemplo, uma investigação sobre o comportamento de adolescentes e jovens adultos acerca do seu uso do botão do "like", uma forma de comportamento pró-social, demonstrou que se trata de um feedback que reforça a aprendizagem e o auto-reconhecimento num contexto social. Em contrapartida, um estudo com jovens universitários norte-americanos sobre o seu grau de imersão na realidade virtual concluiu que "os sintomas de uso problemático de redes sociais espelha os comportamentos típicos de outras desordens psicológicas", segundo os cientistas que dirigiram essa análise, dirigidos por Meshi, que descobriram uma correlação direta entre uso intenso de redes sociais e incapacidade de decisão. Noutro caso, descobriu-se que 43% dos utilizadores intensos têm sintomas de dificuldade de decisão. Ainda noutro exemplo, num estudo que envolveu 673 adolescentes na China foi identificado o medo de não reconhecimento associado ao uso permanente de redes sociais. A satisfação e o sofrimento resultantes do seu uso são comparáveis a um consumo de uma droga.

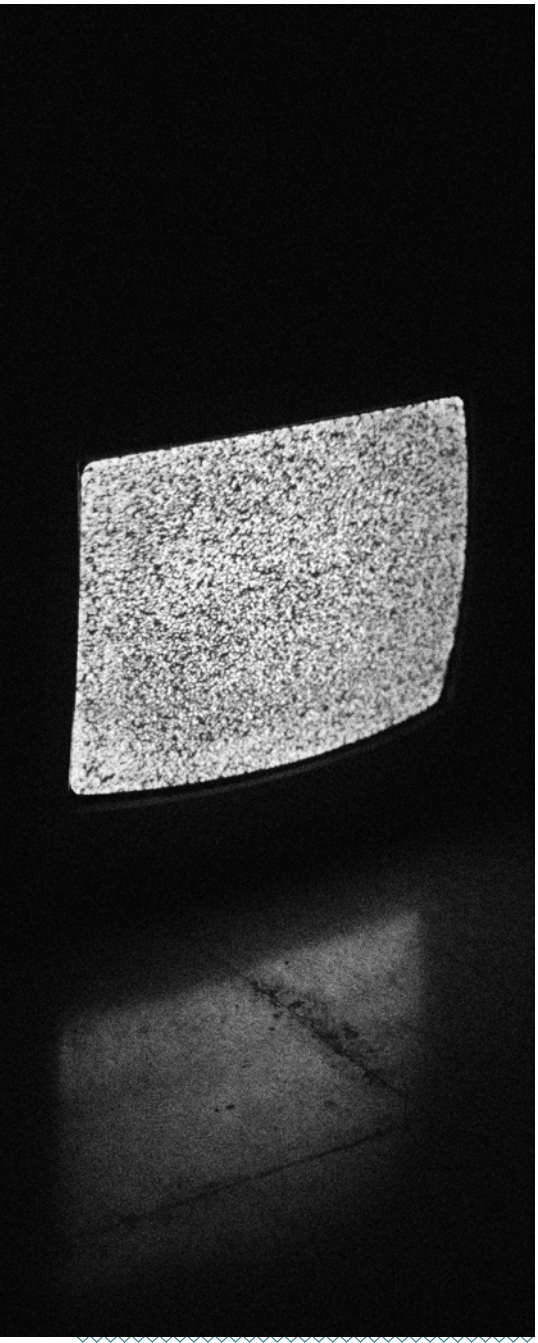
Outros estudos foram desenvolvidos por uma psicóloga britânica, Maryanne Wolf, que argumenta que os significados nas redes sociais são baseados em emoções e não em interpretações e que, por isso, a inundação de imagens (com é fornecida pelo crescimento do TikTok e de outras redes similares), corrói a capacidade de aquisição de conhecimento, como a leitura prolongada, a tradução de símbolos e a definição de sentidos. De outro modo, o escândalo da Cambridge Analytica, com a manipulação de perfis de Facebook para produzir um condicionamento eleitoral, ou outras experiências do mesmo tipo, demonstra que os oligarcas percebem este poder indutivo de adição e a potencialidade de controlo que ele representa.

Esta nova forma de poder continua a basear-se na exploração do trabalho, e também do salário que é obtido por esse trabalho, que é por sua vez extraído através da comodificação das emoções e da imersão nas redes sociais, jogos e outras formas de metaverso, que absorve o sujeito num universo de ilusão sobre a satisfação mercantil. A net formata o self, a rede condiciona o ser humano e esta imersão isola os indivíduos, submete-os a um bombardeamento de estímulos neurológicos, simula ou gera prazer e controla o seu tempo e a emoção – é uma forma de poder totalizante cujos produtores têm clara noção do seu alcance. Deste modo, a neurodependência ou toxicocidade da alienação nas redes sociais é o mecanismo mais poderoso para criar um mundo de consumidores dependentes e, dessa forma, cresce como instrumento para dissolver a organização e capacidade de identificação das classes subordinadas na sociedade do capitalismo tardio.

Gaza, um "cessar-fogo" manchado pelo sangue e pelo apagão mediático

Por Pedro Caldeira Rodrigues

O genocídio em Gaza é um dos eventos mais pertinentes na mobilização social, na construção de alianças e no despertar de milhares de pessoas para a política. Para contar essa história, foram muitos os jornalistas a dar a sua vida. Pedro Rodrigues conta-nos esta história.



A Palestina foi de novo remetida a um apagão mediático na sequência do "cessar-fogo" anunciado por Donald Trump em 10 de outubro. Desde então, centenas de palestinianos foram mortos em Gaza, enquanto se acentua a repressão indiscriminada de Exército e colonos nos territórios ocupados da Cisjordânia e Jerusalém leste. Com um silêncio quase generalizado dos media dominantes.

Em 16 de abril de 2025, a fotojornalista independente palestiniana Fatima Hassouna e dez familiares, incluindo uma sua irmã que estava grávida, foram mortos em Gaza por um míssil israelita. Fatima, 25 anos, tinha sido protagonista do documentário Put your soul on your hand and walk, sobre o quotidiano da população civil no enclave palestiniano e a sua morte ocorreu um dia após o filme ter sido selecionado para o Festival de Cannes 2025. O bombardeamento que atingiu a sua casa foi deliberado, e destinado a impedir que continuasse a documentar o programado genocídio em Gaza.

Cerca de um mês antes, em 24 de março, Hossam Shabat, 23 anos, o correspondente da Al Jazeera Mubasher, o canal em língua árabe e colaborador a plataforma digital independente Drop Site News era deliberadamente morto por um ataque aéreo que atingiu o seu carro em Beith Lahia, norte de Gaza.

Shabat previa que a sua vida poderia ser breve e antes do seu assassinato deixou um pungente testemunho. Tinha sido deslocado de sua casa em Beit Hanoun, ameaçado pelos militares israelitas, assistido à destruição do restaurante de sua família, à perda de 30 familiares. No entanto, prosseguiu as suas reportagens, apesar da escassez de alimentos e de alojamento, comuns à generalidade da população.

O seu colega Ana Al-Sharif, 28 anos, também um repórter da Al Jazeera em língua árabe e que acompanhou o funeral, era morto em 10 de agosto de 2025 num novo ataque aéreo deliberado, que matou outros quatro jornalistas e dois civis. À semelhança de Shabat, era também acusado pelas Forças de Defesa de Israel (IDF) de ser "colaborador ou operacional" do Hamas, alegação nunca provada.

Falso cessar-fogo e apagão mediático

Em 10 de outubro, o Presidente dos EUA Donald Trump anunciava um "cessar-fogo" em Gaza. Desde então, a questão palestiniana voltou a descer na agenda mediática, uma espécie de crescente "apagão", enquanto se acentuava a ocupação israelita, as prisões, as mortes, incluindo de mais jornalistas e fotojornalistas.

No decurso da "Cimeira da Paz de Gaza" que reuniu três dias depois cerca de 30 países e representantes internacionais na estância egípcia de Sharm el-Sheikh, mas sem a presença de israelitas e palestinianos (o líder da Autoridade Palestiniana teve uma participação marginal), Trump proclamava a "Paz no Médio Oriente" e o "fim da guerra".

O "Plano de Paz para Gaza", muito favorável e Israel que inclui 20 pontos específicos, acabou por ser aprovado no Conselho de Segurança da ONU em 17 de novembro, constituiu um sucesso diplomático para este país. Será Trump a dirigir o "Conselho de supervisão", com o ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair, também ex-enviado especial do ineficaz "Quarteto para a Paz" no Médio Oriente e um dos protagonistas da invasão do Iraque em 2003, na função de "diretor executivo".

O "apagão mediático" coincidiu com a sistemática violação do cessar-fogo pelas forças israelitas, para além de novos ataques mortíferos no Líbano ou nos territórios ocupados na Síria. Afinal, um "cessar-fogo" manchado pelo sangue e em risco de colapso total. Desde o seu anúncio já foram mortos mais de 360 palestinianos em Gaza, para além dos mortos, feridos e detenções que diariamente ocorrem na Cisjordânia e Jerusalém leste, territórios ocupados desde 1967.

A resposta do Governo de Benjamin Netanyahu aos ataques do Hamas de 7 de outubro de 2022 nas periferias de Gaza assumiu proporções apocalíticas, incluindo a deliberada eliminação física dos jornalistas que se encontravam no enclave.

Mais de 70 mil mortos, na maioria civis, em particular mulheres e crianças, para além dos milhares (calcula-se que pelo menos 10 mil) que permanecem nos escombros. Entre estas vítimas, contam-se pelo menos 246 jornalistas e profissionais dos media, na larga maioria palestinianos.

Em paralelo, os israelitas impediram durante mais de dois anos a entrada de jornalistas ocidentais e enquanto se acentuava o genocídio, confirmado em 16 de setembro de 2025 num extenso relatório da Comissão internacional independente promovida pela ONU, de imediato renegado pela liderança israelita.

Reféns humanos e sub-humanos

Após a proclamação do "cessar-fogo", as informações dos principais media ocidentais sobre a situação em Gaza e na Cisjordânia (pelo menos 1.000 palestinianos mortos e 10.000 feridos mortos neste território ocupado desde outubro de 2022) centraram-se na entrega dos reféns israelitas, vivos e mortos, e quase ignoraram o regresso dos prisioneiros e reféns palestinianos, vivos e mortos, à sua terra.

Sobre os reféns israelitas soube-se quase tudo. Foram divulgadas as suas fotos, referida a sua idade, apresentados os seus familiares e amigos, difundidas imagens da sua libertação, destacadas as homenagens aos que regressaram sem vida. São os reféns "civilizados".

Pelo contrário, dos 10 mil palestinianos nas prisões israelitas, muitos também reféns e detidos sem culpa formada, pouco ou nada se sabe. Foi o Governo de Netanyahu a decidir quem iria libertar no processo de troca. E quanto às dezenas de corpos de palestinianos "devolvidos" por Israel, muitos com sinais de torturas e mutilações, apenas breves referências. "Conteúdos sensíveis", avisava-se no início das peças televisivas. O reflexo destas decisões no terreno ainda não é totalmente claro, e resta saber o que fará Israel quando for entregue o corpo do último refém.

Para os dirigentes israelitas, todos com laço amarelo entrelaçado na lapela, a não devolução imediata dos corpos de todos os reféns que permaneciam entre as ruínas de Gaza serviu como argumento para prosseguir a carnificina. E esta abordagem generalizou-se à sociedade israelita, num momento em que a censura e a repressão interna se acentuaram.

Nas manifestações contra Netanyahu, indiciado por crimes de corrupção e que agora procura um indulto presidencial, também dominaram os símbolos nacionalistas. As vozes que se insurgem contra o genocídio em Gaza são raras. A larga maioria mobilizava-se pela libertação dos reféns e ignorava a situação em Gaza ou na Cisjordânia. Para muitos, todo o palestiniano é um potencial "terrorista". Estava justificado o massacre.

Assim, as informações dos media dominantes – decisivo entender quem são os proprietários – têm sublinhado os "terroristas" que continuam a ser mortos, para além de evasivas informações sobre novos e cada vez mais violentos ataques de colonos sionistas na Cisjordânia, ou dos bombardeamentos israelitas no Líbano e Síria, com dezenas de vítimas.

Uma situação reveladora da influência de Israel sobre a generalidade dos governos ocidentais, como se comprova com a recente visita do chanceler alemão. Enquanto a situação nas terras palestinianas era ocultada pela "agenda mediática", a evolução da guerra russo-ucraniana voltava a emergir como assunto privilegiado e quase exclusivo nos temas internacionais.

Racismo e supremacismo

A proibição imposta pelos israelitas aos jornalistas estrangeiros de entrarem em Gaza – desde o alegado cessar-fogo de 10 de outubro têm sido permitidas deslocações estritamente controladas às zonas ocupadas pelas IDF e delimitadas pela difusa 'linha amarela' que abrange cerca de 1/3 do exíguo território – insere-se na estratégia fomentada pela máquina de comunicação e desinformação israelita, com as consequentes perversões na abordagem dos media dominantes ocidentais sobre Gaza, e da perceção sobre a guerra transmitida às 'opiniões públicas'.

Apesar do fim dos combates a ajuda humanitária, incluindo o envio de alimentos e medicamentos essenciais, permanece praticamente interdita. A passagem de Rafah, na fronteira com o Egito e controlada pelos israelitas, poderia ser aberta, mas "apenas para a saída de palestinianos".

Permaneceram as restrições de acesso a terras cultiváveis e à pesca marítima, enquanto se aguarda o anúncio de um governo "tecnocrático" para Gaza sem representantes do Hamas ou da Fatah. Verificaram-se desde outubro diversas execuções sumárias nos territórios ocupados pelas IDF, algumas divulgadas em vídeo, e que ilustram a desumanização dos árabes na sociedade israelita – incluindo os palestinianos que são "cidadãos formais" de Israel desde 1948 –, galvanizada pela extrema-direita no poder.

O filósofo Alberto Toscando em recente entrevista, dissecou a atual deriva extremista, ao assinalar que "Israel possa ser percebido por uma direita racista, ocidentalizada e suprematista como a afirmação ou a realização quase utópica das suas ideias: a possibilidade de ser livre para dominar o outro, o outro racializado, o indígena, com total impunidade dentro de uma sociedade tecnologicamente avançada, neoliberal e capitalista".

https://www.esquerda.net/artigo/alberto-toscano-ha-um-colapso-simbolico-do-supremacismo-ocidental-na-sua-forma-liberal/96551

Com um orçamento para a Defesa que atinge os 34 mil milhões de dólares, o Governo de Netanyahu pretende garantir a legitimidade internacional para uma perpétua ocupação, e um regresso aos "grandes negócios" com a inclusão dos "Estados árabes moderados".

Uma estratégia em total consonância com o seu grande aliado imperial. Na nova Estratégia de Segurança Nacional aprovada em novembro por Trump – onde se alerta para uma Europa em processo de "erosão civilizacional" e que redireciona os meios militares para as Américas – o Médio Oriente não está esquecido. O documento defende um "Israel seguro" e manifesta interesse na "expansão dos Acordos de Abraão a mais nações da região e a outros países do mundo muçulmano". Assinala ainda que o Médio Oriente deixou de ser "uma fonte potencial de catástrofe iminente, como acontecia anteriormente".

Esta abordagem deixa entender que a "questão palestiniana" deverá ser "resolvida" de vez. A intensificação do genocídio em curso ou a expulsão compulsiva das populações palestinianas serão "métodos" que não devem ser excluídos.

Fabrico do consentimento

A confusão permanente entre factos e opinião sobre a "guerra de Gaza" também contribuiu para comprometer as capacidades de discernimento e fomentar a desinformação. À insistência quase diária sobre os "massacres do grupo terrorista Hamas" sucedeu-se a "destruição de Gaza", depois a "a fome generalizada", e por fim o "cessar-fogo".

Fadiga da guerra, crescente acomodamento das opiniões públicas, influência de Israel sobre diversos governos ocidentais cúmplices com a "punição coletiva" de um povo, o poder dos 'lobbies'. Neste contexto, impôs-se um carimbo "antissemita", mesmo "terrorista", às informações provenientes do terreno, enquanto a ausência de jornalistas estrangeiros fornecia o argumento sobre uma informação manipulada vinda de Gaza e apenas vinculada pelo Hamas.

No terreno, correspondentes de diversos media, com destaque para a cadeia televisiva Al Jazeera, testemunhavam um dos maiores crimes de guerra da época contemporânea. Filmaram a morte dos outros e anteciparam a sua

Gaza, um "cessar-fogo" manchado pelo sangue e pelo apagão mediático (cont.)

própria morte. O balanço final está longe de concluído.

O comentário "propagandístico" permaneceu instalado, em particular nos media ocidentais, suscitando perplexidade, dúvida, descrédito e revolta. Com o prosseguimento do assalto israelita, impôs-se uma "guerra de representação" mediática. E as decisões das direções editoriais – o que cobrir, que palavras utilizar nas aberturas das notícias, que imagens mostrar – influenciaram decisivamente a perceção das audiências sobre a situação no terreno.

As expressões utilizadas, ou omitidas, na generalidade dos noticiários tiveram um impacto prolongado. Os jornalistas palestinianos no terreno foram decisivos em contrariar essa narrativa. E o preço que pagaram e pagam é demasiado elevado.

Ao apresentarem a propaganda israelita como uma "opinião", tal como as outras, os media dominantes ocidentais, em particular na Alemanha, Reino Unido, mesmo França, agiram como "fabricantes da dúvida" e do "fabrico do consentimento", permanecendo atores centrais no fabrico da desinformação, da "normalização" e "banalização" da barbárie. A "guerra de Gaza", com os meios militares utilizados, a impunidade sem limites, a cumplicidade ou cinismo da generalidade da "comunidade internacional", poderá constituir um inédito "balão de ensaio" para guerras futuras.

A Hasbara

A estratégia de comunicação do Governo israelita, que também alimenta as informações da imprensa internacional, tem sido determinante nesta parcial abordagem e assenta na Hasbara, termo que em hebraico significa "explicação" ou "explanação".

Esta expressão foi divulgada no início do século XX pelo jornalista polaco e ativista sionista Nahum Sokolow, definindo-a como estratégia de comunicação "destinada a explanar ações, sejam ou não justificadas" na defesa e promoção dos interesses do país. Uma operação de relações públicas através dos media ou de outros meios, incluindo na área do ensino, destinada a considerar os israelitas vítimas e os palestinianos agressores. A denúncia de bebés israelitas decapitados pelo Hamas nos ataques de 7 de outubro de 2023 – das primeiras alegações pelos porta-vozes oficiais, mais tarde retiradas –, inseriu-se na estratégia de propaganda da Hasbara, com o objetivo de desumanização do inimigo para justificar implacável retaliação.

A generalidade dos media, incluindo em Portugal e com a convivência de diversos analistas e comentadores, também as propagou.

No cumprimento da "diretiva Hannibal", cidadãos israelitas também foram mortos no início da contrarresposta militar enquanto decorriam os ataques do Hamas de 7 de outubro de 2023. Na versão original, esta diretiva indicava que "o rapto deve ser impedido por todos os meios, mesmo ao preço de atingir e provocar danos nas nossas próprias forças". A reformulação deste protocolo terá sido ordenada em 2016 pelo então chefe de estado-maior IDF, Gadi Eizenkot.

Diversos jornais israelitas, incluindo o Haaretz, e uma comissão de inquérito da ONU, concluíram que as IDF aplicaram a diretiva no próprio dia 7 de outubro de 2023, ao ordenarem que fosse impedido "a todo o custo" o sequestro de civis ou soldados israelitas, que terá implicado a morte de um elevado número de reféns que o Hamas pretendia levar para Gaza, na perspetiva de uma futura troca com palestinianos detidos nas prisões israelitas.

Israel também voltou a aplicar em Gaza, e depois no Líbano, a estratégia militar que implica destruição em larga escala das infraestruturas civis, a designada "Doutrina Dahiyeh" (ou Dahiya) inspirada na devastação do bairro de Beirute Dahiyeh, bastião do Hezbollah, na guerra de 2006. O objetivo desta doutrina consiste em penalizar a população civil para fomentar a desmoralização entre os combatentes e, inclusive, a revolta popular contra as suas lideranças, objetivo até ao momento votado ao fracasso.

Descontextualização e desmemória

As estratégias militares israelitas implicaram crescentes denúncias sobre a consumação de um genocídio ou de uma generalizada limpeza étnica em Gaza. E surgiam novas questões sobre a função dos media internacionais dominantes, ou do seu envolvimento no mecanismo do genocídio pela desculpabilização dos seus autores, para além da tendência em associarem qualquer crítica ao Governo sionista de Israel como manifestação de antissemitismo.

Como notaram Serge Halimi e Pierre Rimbert (Le Monde diplomatique, outubro de 2024), desde 2016 que o 'lobbie' judaico se empenha em que um crescente número de Estados adote a caracterização de antissemitismo estabelecida pela Aliança Internacional Para a Memória do Holocausto, depois promovida pelo Parlamento Europeu: "O antissemitismo é uma certa perceção dos judeus, que pode ser expressada como um ódio aos judeus".

Esta fluida definição é de seguida acompanhada por 11 exemplos, sete dos quais consideram as críticas a Israel como manifestação de antissemitismo. O objetivo consiste em "disciplinar" os debates sobre a questão palestiniana, desacreditá-la, impedir mobilizações, confirmando a duplicidade de critérios. Neste aspeto, os media dominantes cumpriram a sua missão.

Com frequência, muitos comentadores e comentadoras – a maioria com total desconhecimento do terreno – repetiam o "direito de Israel a defender-se", omitindo a referência à natureza colonial do Estado judaico ou ao direito de resistência das populações palestinianas, sujeitas a décadas de ocupação e humilhação. Nessa perspetiva, flagelou-se o Islão político, as ambições regionais do Irão, apontado como o único fator de desestabilização regional, mas evitou-se abordar a natureza do sionismo político, que assenta no apartheid e na exclusão.

Não se questionou o projeto do "Grande Israel do Nilo ao Eufrates", presente no discurso de influentes dirigentes e instituições do país. Foi feita escassa referência à descoberta de importantes jazidas de gás ao largo de Gaza, que suscitaram imediatas cobiças de conglomerados internacionais. Ou à total impunidade no longo processo de expropriação de terras e destruição do património palestiniano, ao contínuo desrespeito pelas leis e resoluções internacionais,

Progressivamente, instalou-se um paradoxo. A campanha promovida Israel na Faixa palestiniana será a mais bem documentada da história através dos 'smartphones' e redes sociais, sendo impossível prosseguir a ocultação. Em paralelo emergiu uma sofisticada "arte da negação" e sucessivas tentativas em impor uma realidade encriptada, fomentada pela maioria da sociedade israelita e absorvida por um discurso dominante repleto de "perceções".

Esta situação implicou reações quase imediatas. À propaganda israelita contrapôs-se parte considerável da "opinião pública" à escala mundial, que se mobilizou contra um sanguinário quotidiano a que tinha acesso através de algumas televisões com repórteres no terreno, e pelas redes sociais.

Em Gaza, nada foi poupado: escolas, hospitais, maternidades, bibliotecas, museus, cemitérios, locais de culto, organizações de ajuda humanitária, num processo sistemático de apagamento da identidade, da cultura, da memória e da história deste povo. Numerosas famílias foram dizimadas, dos avós aos netos, e muitas crianças foram impedidas de nascer, com o propósito de reverter o atual equilíbrio demográfico entre judeus e palestinianos.

Ao apresentarem a propaganda israelita como uma "opinião", tal como as outras, os media dominantes agiram como "fabricantes da dúvida" e permaneceram atores centrais no fabrico da desinformação, da "normalização" e da "banalização" da barbárie.

A República tecnológica

Por Paulo Pena

Neste artigo, Paulo Pena aborda a ideologia de um tecno-oligarca Alex Karp cuja empresa Palantir está a redefinir a vigilância no mundo ocidental. O capitalismo tardio erode todas as fronteiras, nomeadamente a privacidade.

É muito provável que a maioria dos cidadãos deste país (qualquer que ele seja) nunca tenha memorizado o nome de Alex Karp. E é ainda mais provável que sejam muito poucos os que conhecem a sua empresa Palantir, um nome que evoca a ficção de J.R.R. Tolkien. O que pensa o empresário e o que faz a sua empresa são enigmas ainda mais profundos que a nossa era da informação não tratou de resolver.

O que não deixa de ser incomum… Alex Karp é o CEO mais bem pago dos Estados Unidos, com uma remuneração anual calculada pelo The New York Times, acima de 6,8 mil milhões de dólares, em 2024. A Palantir vale mais do que a Coca-Cola no índice S&P 500. Isso seria suficiente para fazer deste homem relativamente novo (nasceu em 1967, na Pensilvânia, EUA) uma celebridade nas nossas ubíquas redes sociais. O problema é outro: o nosso desconhecimento não resulta, sequer, da particular descrição de Karp.

Além de ganhar mais do que Mark Zuckerberg ou Elon Musk, Karp lançou um livro em 2025 - The Technological Republic: Hard Power, Soft Belief, and the Future of the West, ed. Penguin- que é o mais vendido nos EUA, e tem uma página própria com uma longa lista de citações elogiosas. Qualquer motor de busca mostra uma plêiade de imagens de um homem de caracóis desalinhados e grisalhos, vestido com casacos de esqui, a exercitar poses de tai chi, de braços abertos ou dedo apontado, em pose.

Em qualquer pesquisa simples, Karp aparece descrito em detalhes íntimos. Um editor do The Guardian, Steve Rose, descreve-o como "obcecado por fitness, especialmente tai chi (é conhecido por dar aulas para funcionários) e esqui todo-o-terreno (costuma usar o equipamento no dia a dia) e tem um grupo de guarda-costas super em forma, a maioria noruegueses (…) Possui cerca de 20 casas em todo o mundo, muitas das quais são aparentemente cabanas de esqui com pouca mobília. Não é casado e não tem filhos, mas é descrito como "geograficamente monogâmico" – tem duas parceiras simultâneas em diferentes partes do mundo".

Cresceu em Filadélfia, numa família de esquerda, o pai era pediatra, judeu, e a mãe artista plástica afro-americana. Como em qualquer enredo de ficção, Karp tinha um problema e ao resolvê-lo encontrou uma poção mágica. Ele mesmo detalha a história numa entrevista à Wired: "Fizeram-me um teste de QI para o programa de superdotados. Os meus pais nunca se preocuparam em dizer-me para tirar só notas máximas. Mas quando a responsável, a Sra. Snyder, recebeu o resultado do meu teste de QI, disse-me: "É evidente que és disléxico, mas alguém com o teu QI não pode tirar notas médias, tens de tirar só notas máximas." Foi aí que passei de um aluno bom para um aluno excepcional. Ela mudou a minha vida."

Ao seu biógrafo, Karp foi coloquial: a dislexia "fodeu-me mas deu-me asas para voar". E não era esse o único diagnóstico médico que o prendia ao chão. Havia ainda a "perturbação de hiperatividade e déficit de atenção", que Karp controla com o tai chi, uma terapia que usa para socializar com os seus funcionários da Palantir.

A história oficial, contada pelos seus "estenógrafos da imprensa" - adjetivo que Michael Elbi, na The Nation, dedica aos jornalistas do The New York Times e do Wall Street Journal que escrevem sobre Karp - prossegue na Universidade de Stanford. Aí, no curso de Direito, Karp torna-se amigo de um outro jovem, Peter Thiel. É uma história perfeita: dois jovens sobredotados, um de esquerda, outro de direita, juntam-se para fundar uma empresa.

Deram-lhe o nome das bolas de cristal, indestrutíveis, que Tolkien imaginou para a sua ficção (Senhor dos Anéis, Silmarillion): Palantir. Nessas bolas, além de saber o que se passa longe da vista, prever o futuro, e também manipulá-lo, Tolkien criou uma metáfora sobre a propaganda.

Thiel e Karp também o fizeram, em 2004, prevendo a importância que teriam os dados gigantescos, recolhidos pelos Estados e pelo crescente número de empresas tecnológicas, num mundo moldado pela segurança e pela vigilância. A empresa nasceu pouco depois do início da "guerra ao terror" - um nome em si mesmo Tolkieniano, três anos após os atentados do 11 de Setembro.

Entretanto, Thiel (que é aparentemente exímio a escolher parceiros jovens para negócios de futuro) fundou a Pay Pall com Elon Musk. Karp, licenciado em Direito, escolheu um caminho menos óbvio: foi fazer um doutoramento em Teoria Social, na Universidade Goethe de Frankfurt, na Alemanha, onde esperava, sem êxito, vir a ser orientado por Jurgen Habermas.

Segundo o seu biógrafo, Michael Steinberger (The Philosopher in the Valley), Karp queria, como judeu, "compreender como é que a Alemanha, um pilar da civilização europeia, tinha caído na barbárie", nos anos 30 do século XX. Numa entrevista que podemos ver no YouTube, Karp personaliza ainda mais o seu temor pelo totalitarismo: "Sempre pensei que, se o fascismo chegasse, eu seria a primeira ou a segunda pessoa a ser enforcada."

Não foi esse o caso, como a história recente atesta. Nem Karp, nem a empresa que criou, foram vítimas da onda de "iliberalismo" que se instalou em vários países e continentes nos últimos anos. O próprio CEO da Palantir ironizou, recentemente, numa entrevista à estação de TV CNBC que "os tempos maus são incrivelmente bons" para o seu negócio.

Marc O'Connell sublinha esse ponto: "O valor das ações da empresa — cuja receita provém em grande parte de contratos governamentais para vigilância de dados e aplicação militar de inteligência artificial — está, pode-se dizer, negativamente indexado à paz e à liberdade da humanidade."

A República tecnológica (cont.)

O que a Palantir Technologies faz é difícil de descrever. "Defender o Ocidente" é o enunciado político. O seu projecto mais importante tem outro nome ficcional: Gothan. "Gotham é uma plataforma de investigação concebida para corpos policiais, agências de segurança nacional, departamentos de saúde pública e outros organismos estatais. O seu objetivo é, aparentemente, simples: recolher todos os dados de que uma agência já dispõe, decompor os seus componentes elementares e relacioná-los entre si. Gotham não é simplesmente uma base de dados. Recolhe informações fragmentadas, dispersas por vários organismos e armazenadas em formatos muito diversos, e transforma-as numa rede unificada e consultável", descreve a investigadora Nicole M. Bennett.

Ou, segundo detalha a The Nation, "vende software de análise de dados, por vezes personalizado, a praticamente todas as agências federais, estaduais e locais do país — os seus clientes atuais e antigos incluem agências de inteligência (CIA, NSA e FBI), ramos militares (Departamento de Defesa), autoridades policiais (ICE e vários departamentos de polícia locais), agências de supervisão financeira (IRS e SEC) e até mesmo órgãos de saúde pública (CDC, FDA e NIH), bem como a uma infinidade de regimes amigos de Washington no exterior, com contratos controversos em Israel, Ucrânia e Reino Unido".

Em Maio, a NATO contratou àquela empresa "recursos de IA personalizados e de última geração (…) ferramentas necessárias no campo de batalha moderno para operar de forma eficaz e decisiva".

Segundo o biógrafo de Karp há, contudo, "algumas concepções fundamentalmente erradas sobre o trabalho que realizam". "Eles não recolhem os dados, não armazenam os dados; eles fornecem software que ajuda empresas e organizações a fazerem melhor uso dos seus próprios dados. Se estão a ocorrer abusos de dados com o software da Palantir, não é porque a Palantir está a fazê-lo, é porque os clientes estão a fazê-lo", argumentou Steinberger ao The Guardian.

Um exemplo hipotético: a Palantir fornece os seus serviços ao ICE (serviço de Imigração e Fronteiras, dos EUA), tornando consultáveis, e conectadas, todas as bases de dados do governo, e a informação disponível em fontes abertas, como as redes sociais. Se alguém participa numa manifestação anti-ICE, tira fotografias, publica-as no Instagram, onde são identificáveis imigrantes sem-papéis, o sistema Gothan pode usar essas fotografias (tiradas com boas intenções) para ajudar a localizar os imigrantes e, com rapidez, levar o ICE a deter e expatriar esses imigrantes. A decisão "moral" de o fazer é do ICE. A Palantir só forneceu o software.

Tudo o que partilhamos nas redes sociais, para elogiar, denunciar, criticar ou tornar visível é usado por esta "bola de cristal" mágica que vende os seus serviços aos governos. A partir daí, todas as forças repressivas constroem perfis, identificam suspeitos, prevêm cumplicidades. Não acreditam? Um jornalista norueguês foi recentemente impedido de viajar para os EUA. Na embaixada, onde tentava tratar do visto, foi-lhe entregue um documento que dizia: "O acesso limitado ou a visibilidade reduzida da presença online podem ser interpretados como uma tentativa de evadir ou ocultar determinadas atividades". Ou seja, uma presença publica nas redes digitais já é um critério de aferição da "integridade".

Alex Karp nem sequer é um especialista em tecnologia (sê-lo-á em ontologia, como ironiza Steve Rose no Guardian). Mas as suas cartas aos investidores estão cheias de referências ilustrativas. Como esta, de Fevereiro de 2025: "Como escreveu Samuel Huntington, a ascensão do Ocidente não foi possível 'pela superioridade das suas ideias, valores ou religião… mas sim pela sua superioridade na aplicação da violência organizada'. Ele continuou: 'Os ocidentais muitas vezes esquecem esse facto; os não ocidentais nunca o esquecem'".

A Palantir lucra com um negócio que foi, até há bem pouco tempo, impopular nas outras empresas tecnológicas americanas - a guerra. E serve também um propósito maior ao seu criador: dar-lhe uma aura de "filósofo". Karp quer demarcar-se moralmente da Google, Meta e restantes gigantes da Inteligência Artificial. O seu livro é apresentado dessa forma: "Silicon Valley perdeu o rumo. Uma geração de talentos foi desviada do caminho certo. E chegou a hora da verdade para o Ocidente."

O "caminho certo" é claro, no livro: "A indústria de software deve reconstruir a sua relação com o governo e redirecionar os seus esforços e atenção para a construção de tecnologias e capacidades de inteligência artificial que irão abordar os desafios mais urgentes que enfrentamos coletivamente. A elite de engenheiros de Silicon Valley tem a obrigação de participar na defesa da nação e na articulação de um projeto nacional — o que é este país, quais são os nossos valores e o que defendemos".

Esqueçamos, por um momento, que a Palantir usa toda a informação recolhida pelas outras tecnológicas que critica para munir polícias, exércitos e forças de controlo de emigração. A ideia de que Silicon Valley é dominado por uma cultura pacifista não resiste a qualquer exame rápido: Em junho, o exército dos EUA criou o seu Executive Innovation Corps para o qual nomeou como tenentes-coronéis na reserva os directores tecnológicos da Meta e da Open AI; a Meta, de Zuckerberg, anunciou em Maio passado um acordo com outra empresa militar inspirada em Tolkien, a Anduril, para "projetar, construir e colocar em campo uma gama de produtos XR [Realidade Estendida] integrados que proporcionam aos combatentes uma percepção aprimorada e permitem o controle intuitivo de plataformas autónomas no campo de batalha"; o CEO do Spotify, Daniel Ek, investiu 600 milhões de euros numa empresa de drones militares. O "pacifismo" dos líderes tecnológicos, que Karp critica, é uma ficção tão distópica como a Terra Média de Tolkien (só por curiosidade, há pelo menos nove empresas relevantes que devem o seu nome ao filólogo inglês, que viveu entre guerras, no século passado: Erebor, Mithril, Durin, Rivendell, Lembas, Valar e Sauron Systems são algumas delas).

Alex Karp é muito claro com aqueles que não desconfiam deste imaginário ficcional, erigido em nome de uma "República Tecnológica". Na sua última mensagem aos investidores da Palantir escreveu:

"Há um século, o poeta William Butler Yeats advertiu: 'O falcão não consegue ouvir o falcoeiro; as coisas desmoronam-se; o centro não se mantém.'

Hoje, os Estados Unidos são o centro e devem manter-se.

A rejeição de qualquer sentido partilhado e definido de cultura comum, nesta nação e em outras, teve custos significativos.

Devemos, na verdade precisamos, voltar a uma experiência nacional partilhada — um abraço à identidade comum que, por definição, propõe certas ideias, valores, cultura e modos de vida, excluindo outros."

Na "República Tecnológica", os pacifistas, que podem ver-se a si mesmos como hobbits simpáticos, para usar as personagens de Tolkien, são afinal os péssimos e feios orcs. E todos sabemos como a história acaba.

A campanha de Mamdani ou a empatia em tempos de hiperpolítica

Por Alda Sousa

Em menos de um ano, o que parecia inimaginável aconteceu. Zohran Mamdani, um jovem de 34 anos, nascido no Uganda e de ascendência sul-asiática, muçulmano e socialista (membro do DSA - Democratic Socialists of America), venceu de forma assinalável as eleições para a Câmara de Nova Iorque, a maior e a mais rica cidade dos EUA, com cerca de 8.5 milhões de habitantes nos 5 bairros, um acontecimento com repercussões à escala global.

A 4 de novembro de 2025, "derrubámos uma dinastia política" 1 ("My friends, we have toppled a political dynasty") – disse Mamdani aos apoiantes na noite eleitoral. Votaram nestas eleições autárquicas mais de 2 milhões de pessoas, as mais participadas desde 1969, com um aumento de participação de 84% em relação a 2021. Zohran Mamdani teve mais de 1 milhão de votos (1.114.184 ou seja, 50,8%), quase tantos como o total de votantes em 2021; Andrew Cuomo, que concorreu como independente) teve 906.614 (41,3%) e Curtis Sliwa (candidato dos republicanos) ficou-se pelos 153.749 (7%). À última da hora, Trump transferiu o seu apoio para Cuomo deixando o candidato republicano abandonado à sua sorte. Contra tudo e contra todos, Mamdani derrotou os senhores da finança, Donald Trump, o lobby sionista e o establishment democrata. Mamdani foi alvo de ataques de todo o tipo, sobretudo racistas e xenófobos. Os mais ricos ameaçaram deixar NY e mudarem-se para outras cidades do Estado ou de outros estados. Foi atacado por ser jovem, por ser muçulmano e por ser socialista, insultado de antissemita, jihadista e acusado de querer transformar Nova Iorque num califado. Trump chegou mesmo a ameaça-lo com a deportação (Mamdani só é cidadão norte-americano desde 2018).

A surpresa tinha começado já nas primárias do Partido Democrático em finais de Junho. Mamdani ganhou por 56,4%, contra os 43,6% de Andrew Cuomo (ex-governador do Estado de Nova Iorque que foi forçado a demitir-se há 3 anos por acusações de assédio sexual). Cuomo centrou a sua campanha na suposta questão da insegurança em Nova Iorque, dizendo que a cidade estava fora de controlo. Mamdani contrapôs-lhe a ideia de uma cidade de que os seus habitantes gostavam e não queriam ter de a deixar e de como poderia ser diferente viver em Nova Iorque se esta fosse acessível.

No Verão 2024 a possibilidade de Mamdani se vir a candidatar era tida como mais um boato. Em Outubro 2024 decidiu-se finalmente a avançar. Há cerca de um ano, as sondagens davam-lhe 1%. Era um candidato realmente desconhecido do grande público. Tão desconhecido que em Fevereiro deste ano casou-se com Rama Duwaji, uma ativista e artista de ascendência síria cujo magnífico trabalho vale a pena conhecer. Uma amiga de ambos, a fotógrafa Kara Mc Curdy, acompanhou-os nesse dia a pé ou de metro desde Astoria (Queens) até ao registo civil no centro de Manhattan, sem que Mamdani tivesse sido abordados quer pelos passageiros quer pelos transeuntes, o que hoje seria de todo impossível.

Eixo da campanha: Make New York affordable

A campanha de Mamdani interpretou o descontentamento e conseguiu transformar o ressentimento em esperança e mobilização. Não fez nenhuma concessão à extrema-direita sobre temas "quentes" como o genocídio de Gaza. Sobre isso afirmou claramente que se ganhasse, mandaria prender Benjamin Netanyahu se este pusesse os pés em Nova Iorque. E continua a dizê-lo, agora que Netanyahu fez constar que quer mesmo visitar Nova Iorque. Ou sobre imigração e segurança: disse e continua a dizer que em Nova Iorque não haverá lugar a raids da ICE.

Mas centrou a campanha em temas simples e universais, contra a ideia de uma cidade em crise e decadência, lutar por uma cidade em

[1] https://jacobin.com/2025/11/zohran-mamdani-election-victory-speech

A campanha de Mamdani ou a empatia em tempos de hiperpolítica (cont.)

que seja possível e agradável viver. Para isso é necessário tornar a cidade acessível ("affordable") para todos, congelando as rendas estabilizadas, garantindo creches gratuitas para todas as crianças dos 6 meses aos 5 anos de idade, transportes públicos gratuitos e criando uma rede de mercearias da autarquia para venda de produtos essenciais a preços mais baixos que nas cadeias de supermercados. E propôs uma forma "simples" de financiar este programa: uma reforma fiscal que aumente o IRC para valores iguais aos de estados vizinhos (o que daria uma receita de 5 mil milhões) e a criação de um imposto extra sobre os multimilionários (1% da população), aplicando uma taxa extra de 2% a quem tenha rendimentos de mais de um milhão de dólares por ano (4 mil milhões de dólares por ano). Mamdani argumentou que os multimilionários que apoiaram Cuomo gastaram mais dinheiro numa campanha para o atacar do que o que teria sido coletado se a sua proposta fosse vencedora. Os detalhes de todas as propostas podem ser vistos aqui.

https://www.zohranfornyc.com/platform

Como é que este programa ganhou uma maioria social?

Mamdani lançou a sua campanha para as primárias do Partido Democrata poucos dias depois da eleição de Trump em novembro de 2024.

Procuraremos analisar aqui algumas das razões do sucesso, focando-nos principalmente em dois aspetos: a campanha de comunicação e a campanha de rua. Aliás, foi precisamente a combinação das duas que assegurou a vitória. E o que nos foi chegando são ecos e imagens de uma campanha feita de esperança, empatia e alegria.

A utilização das redes sociais em larga escala

Uma grande parte dos vídeos foram feitos na rua, enquanto Mamdani caminhava. Tanto apresenta as suas propostas como entrevista transeuntes ou vendedores de comida de rua. Em alguns apresenta propostas, em muitos quer conhecer as opiniões dos entrevistados. Os vídeos são muito criativos e dinâmicos. Podemos ver Mamdani a mergulhar nas águas geladas de Coney Island (Brooklyn) em pleno inverno, para explicar a proposta de congelamento de rendas, ou a passear-se segurando balões em forma de coração no dia dos namorados para apelar à inscrição no recenseamento eleitoral.

A estratégia de comunicação pode ser melhor compreendida nesta entrevista à sua equipa de vídeo

https://zeteo.com/p/exclusive-meet-the-creative-minds.

Mas essa estratégia nunca esteve desligada do conteúdo político da mensagem. Diz um dos membros da equipa que "se não houver um candidato cuja plataforma política se foca nas classes populares e nas suas lutas, não há nenhum vídeo que o possa fazer por ele.

A campanha de rua e o porta a porta

Por melhor que fossem os vídeos e a campanha das redes sociais, o seu impacto teria sido muito mais reduzido sem a fortíssima campanha de rua que foi posta em ação. Ela envolveu mais de 100 mil voluntários que bateram a mais de 3 milhões de portas. Aliás, como é explicado na entrevista acima, foram não raras as vezes em que os eleitores conheciam os vídeos mas não sabiam bem que ia haver eleições e foi pela conversa presencial que foram ganhos para o voto.

Os mesmos ou outros voluntários faziam bancos de chamadas telefónicas (mais de 4,5 milhões) ou enviavam mensagens (cerca de 2,7 milhões).

Mamdani teve uma presença intensa na rua. Aliás, a maior parte dos seu vídeos foram gravados na rua, muitos deles enquanto caminhava.

Em Junho, poucos dias antes das primárias do Partido Democrata, fez uma marcha com apoiantes que percorreu Manhattan de norte a sul. A mensagem é que queria ser um presidente que os nova-iorquinos pudessem ver em carne e osso e a quem pudessem até gritar.

A questão da Palestina

Nos últimos dois anos Nova Iorque conheceu das maiores mobilizações contra o genocídio em Gaza, com manifestações de rua, acampamentos nas Universidades, ocupações do espaço público como estações de comboios e outros.

Como em todo o país, o movimento pró-palestina criou uma rotura séria e duradoura não só com o partido republicano mas também com o partido democrata, apoiante de Netanyahu e do genocídio. Mamdani fez parte desse movimento e a sua campanha teve um entrosamento natural com ele. Acresce que depois de Tel Aviv, Nova Iorque é a cidade do mundo com mais judeus, mas também com uma forte tradição anti-sionista pelo menos desde há um século, o que ficou patente em algumas das mobilizações mais fortes contra o genocídio em Gaza levadas a cabo pela Jewish Voice for Peace ou If Not Now ou outras organizações de judeus anti-sionistas. Não é pois de estranhar que Mamdani tenha recebido um apoio considerável dos judeus nova-iorquinos.

Desafios

Enfrentar os poderes estabelecidos não vai ser fácil para a equipa de Mamdani. Apesar do suposto sucesso da visita de Mamdani à Casa Branca, não é nada certo que a ofensiva de Trump tenha sido aplacada. Todos os lóbis e interesses vão-se mobilizar para atacar, boicotar, torpedear o sucesso deste projeto.

Nas semanas desde a eleição, Mamdani rodeou-se de uma equipa com fortes raízes e experiência de trabalho nas comunidades ou em serviço público ("The best team of people that money can´t buy", como ele próprio diz). Ganhar aos poderes estabelecidos vai requerer diplomacia, sem dúvida. Mas é essencial que o movimento de massas que construiu a vitória continue forte, ativo e interveniente. Não desistir de criar comunidade poderá ser a chave do sucesso do mandato.

Esta campanha demonstrou que mesmo na era da hiperpolítica é possível construir mobilização e energia coletivas que contrariam a ideia de uma participação individualista e atomizada. É mesmo possível retirar as pessoas da sua solidão e encontrar alegria na participação política.